

35

Kostas Mavrakis

**A POLÍTICA
INTERNACIONAL
DA CHINA**

Lisboa

Shj

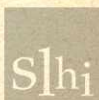
**A POLÍTICA
INTERNACIONAL
DA CHINA**

Tradução: Júlio Lopes
KOSTAS MAVRAKIS
Tempo e o Modo, S. A. R. L.
Lisboa

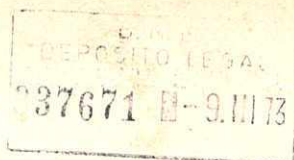
KOSTAS MAVRAKIS

A POLÍTICA
INTERNACIONAL DA CHINA

LISBOA



sc
24513



ÍNDICE

A política internacional da China	7
Notas	57
Anexo — Discurso de Kiao Kouan-Houa, chefe da delegação chinesa às Nações Unidas (15 de No- vembro de 1971).....	63

A política internacional da China

KOSTAS MAVRAKIS

Desde a crise paquistanesa (Março de 1971) e o convite a Nixon, a China é objecto de críticas convergentes vindas de todos os horizontes, de que o ponto comum é de serem de esquerda em aparência mas de direita na realidade. A crermos nos seus detractores, a China sacrificaria as lutas populares no mundo aos seus interesses de Estado, ao ponto de renunciar a envolver estes últimos em considerações ideológicas. Estas seriam para os dirigentes chineses, quando muito, um «ponto de honra espiritualista», ou até simples hipocrisia e mistificação. A China prosseguiria objectivos que não teriam nada de marxista ou de revolucionário. As suas motivações seriam fundamentalmente da mesma natureza que as das grandes potências que com ela rivalizavam.

Para formar uma juízo a propósito, é preciso saber como os chineses vêem o sistema das relações internacionais e quais são os princípios que guiam a sua política. Só nesta condição se poderão confrontar as suas análises à realidade, a sua doutrina à sua acção, e só assim saberemos se a sua teoria e prática são revolucionárias, se se sustentam e se esclarecem mutuamente.

A política exterior dum Estado exprime ao mesmo título que a sua política interior os interesses da classe de que é o instrumento. A China é uma ditadura do proletariado exercida por intermédio do partido comunista que aplica o centralismo democrático, a linha de massas. Para a imensa maioria da população que segue de perto os assuntos do Estado, trata-se da mais larga democracia. O povo chinês constrói o socialismo através dos três tipos de prática social: a luta de classes, a luta pela produção e a experimentação científica¹. Assim procedendo, ele põe a política no posto de comando e não perde jamais de vista o objectivo final, a sociedade comunista. Ele ordena todos os seus esforços em função daquele objectivo (não deixando de ter em consideração a conjuntura) e ataca desde já a tarefa de eliminar as classes, de fazer desaparecer as três diferenças fundamentais (trabalho manual/trabalho intelectual, cidade/campo, indústria/agricultura) e enfim, de transformar o Estado que deixa de o ser no sentido habitual do termo, até que deixe de existir. Contudo, como Mao sublinhou

a realização destas tarefas não se consumará senão depois da vitória mundial do proletariado. O partido comunista tem que ligar correctamente as exigências da construção do socialismo e as do apoio às lutas revolucionárias. Não pode haver contradição entre elas. Abandonar o internacionalismo proletário significaria renunciar a prosseguir até ao fim a construção do socialismo. Isto só é possível se a burguesia conquistou o poder no partido e no Estado. Além do mais, as lutas revolucionárias minam as retaguardas do imperialismo e contribuem para a segurança dos Estados socialistas, em vez de a prejudicar. Mesmo do ponto de vista dos seus interesses a curto e médio prazo, eles têm interesse em favorecer aquelas lutas. Isto só é verdade de resto se eles perserveram na via do socialismo. Na medida em que se afastem do socialismo, eles podem considerar com razão que a ajuda às revoluções comporta também riscos para si mesmos².

Contudo, estas verdades de bom senso não aparecem a todos como evidentes. Em primeiro lugar por causa do exemplo da U. R. S. S. A maior parte das pessoas não vêem que o abandono do internacionalismo proletário ocorreu na U. R. S. S. a par com a usurpação do poder por uma nova burguesia. Em segundo lugar, porque uma política estrangeira tem que se orientar no seio dum sistema de relações entre Estados. Ora a revolução mundial tende a destruir este sistema. Reconhecer o que existe, acomodar-se

num certo sentido a isso, e coexistir com essa realidade, reforçando ao mesmo tempo o que prepara a sua morte, exige uma política sutil que tenha em conta todos os aspectos de uma realidade complexa. Uma tal política é dificilmente compreendida pelos puros e pelos duros, os intelectuais que gostam de pensar no absoluto e todos os que formam opinião lendo os jornais sem inquirir mais além.

O marxismo é uma ciência de que a alma viva é a análise concreta de uma situação concreta. Esta análise visa descobrir as contradições que governam o desenvolvimento dos fenómenos. Semelhante tarefa impõe um rigor que exclui o subjectivismo, um método que exclui os pontos de vista unilaterais e simplistas.

Os chineses distinguem quatro contradições fundamentais que dividem o mundo e estão na origem de de todos os conflitos importantes. Essas contradições opõem:

- a) as nações oprimidas ao imperialismo e ao social-imperialismo;
- b) o proletariado à burguesia dos países capitalistas e revisionistas;
- c) os imperialistas entre si e estes ao social-imperialismo;
- d) os países socialistas aos países imperialistas e social-imperialistas.

As três primeiras destas contradições já foram formuladas por Estaline nos anos 20, mas bem entendido

sem a menção dos Estados revisionistas e social-imperialistas que foi acrescentada no relatório de Lin Piao ao 9.º congresso do P. C. C. Esta adição visa explicitar, para evitar toda a subestimação, o conteúdo actual de um dos pólos das quatro contradições, mas não as modifica essencialmente. Sendo burguesa a natureza de classe do social-imperialismo e do revisionismo, as contradições entre imperialistas e social-imperialistas devem ser consideradas como relevando das contradições interimperialistas de que Estaline havia já falado.

Estas quatro contradições aparecem assim como uma invariável de todo o período de crise geral do capitalismo que começou com a Revolução de Outubro e prosseguirá até ao triunfo mundial do socialismo. Elas constituem um sistema ligado, estando cada uma presente em todas as outras³. Mostrá-lo-emos através de alguns exemplos:

1) a contradição d) manifesta-se não apenas directamente mas também através das outras três pois os países socialistas têm aliados no seio das forças que se opõem entre si no mundo, incluindo entre os próprios imperialistas;

2) as lutas de libertação nacional fazem parte integrante da revolução socialista mundial e isto por duas razões:

— o proletariado e as nações oprimidas têm um inimigo comum: o imperialismo,

- uma revolução democrática e nacional não pode ser levada até ao fim senão na condição de ser dirigida por uma vanguarda proletária.

O conteúdo e o desenvolvimento destas lutas são afectadas por:

- o apoio dos países socialistas e o medo dos imperialistas de verem estes últimos reforçarem-se [contradição d)],
- o apoio do proletariado dos países capitalistas avançados [contradição b)],
- as contradições interimperialistas que favorecem as referidas lutas [contradição c)].

O carácter ligado do sistema das quatro contradições fundamentais explica que elas possam «convergir». Actualmente elas convergem na Ásia e América Latina, nos países dominados pelo imperialismo—elo mais fraco da sua cadeia e «zona de tempestades» do mundo. Dito de outra forma, a terceira contradição é a mais explosiva. Uma estatística recente dá-nos disto a prova cabal. Nos últimos 25 anos, estalaram 55 guerras internacionais e 265 guerras civis, das quais 95 % nos países dominados pelo imperialismo⁴.

À luz desta realidade maciça é possível medir o absurdo da tese Khruchtcheviana sobre a possibilidade de eliminar desde já todas as guerras da vida

social. De acordo com ela, o capitalismo já não traria consigo a guerra como a nuvem traz a tempestade. Desde o vigésimo congresso (1956), os acontecimentos bem podem desmentir esta tese, ela permanece um dogma para os dirigentes soviéticos, os quais rotularam mesmo de belicismo os chineses porque eles a refutaram. Eles tentaram também apresentar os chineses como racistas pretendendo lançar os povos de cor contra os povos brancos. E isto porque os chineses caracterizam as regiões de África, Ásia e América Latina como aquelas onde se disputam actualmente as lutas decisivas para o futuro da humanidade⁵.

O combate dos povos dominados aguçiza as contradições do imperialismo e enfraquece-o. Quando este processo estiver suficientemente avançado, a zona das tempestades deslocar-se-á para as metrópoles imperialistas. Os Chineses tinham-no previsto desde 1964. O impulso das lutas revolucionárias nos Estados Unidos e em vários países europeus desde 1967 é um sinal anunciador dessa deslocação, e foi saudado como tal em Pequim.

Nenhuma das quatro contradições fundamentais é «principal». Alguns marxistas-leninistas disseram o contrário entendendo a palavra no sentido não conceptual, vago, que é o seu na linguagem corrente, em que é sinónimo de «mais importante». Há-os que foram induzidos em erro por uma frase, sem dúvida mal traduzida, de Lin Piao em «Viva a vitoriosa guerra do

povo», onde ele parece dizer que a contradição principal do mundo contemporâneo opõe os povos oprimidos ao imperialismo.

Isto não pode ser assim porque a contradição principal segundo Mao é aquela de que a determinação numa formação social permite responder à questão «quais são os nossos amigos» numa dada fase do processo revolucionário. As outras contradições encontram-se então repartidas dum lado e doutro da frente assim definida. Isto significa que os seus **dois** aspectos fazem parte — a título secundário — ou do campo do povo, ou ao campo dos seus inimigos⁶. É claro que este não é o caso de nenhuma das três outras contradições fundamentais, que não podem portanto ser consideradas como secundárias.

Em «Da contradição», Mao serve-se do conceito de contradição principal de duas formas ligeiramente diferentes. No primeiro sentido, ilustrado pelo exemplo da contradição entre o proletariado e a burguesia na sociedade capitalista, os aspectos da contradição são as classes hegemónicas no campo do povo e no dos seus inimigos. No segundo sentido, são sistemas de alianças de classes. É este o conceito de contradição principal pròpriamente dita. Assim entendida, esta é um feixe de diversas contradições.

A contradição principal não permanece sempre a mesma. As suas «deslocações» permitem distinguir fases e etapas no decurso duma revolução. Elas são o fundamento de uma periodização científica⁷.

Por exemplo, no decurso da guerra de resistência contra o Japão, a contradição principal opunha a nação chinesa ao imperialismo japonês. As contradições de classes no seio da nação chinesa eram secundárias. No fim desta guerra, entrou-se numa nova fase. A contradição principal passou a opor o proletariado, os camponeses pobres e médios, à pequena burguesia urbana e a burguesia nacional ao imperialismo, ao capital burocrático⁸ e o comprador⁹ e ao feudalismo. Esta etapa prolongou-se para além da libertação da China (1949) até à conclusão da reforma agrária (1952). A contradição principal tornou-se então a que opunha a classe operária à burguesia. A revolução entrara na sua etapa socialista, no decurso da qual o proletariado é aliado principalmente dos camponeses pobres e médios da camada inferior.

Se não pode haver, fora o caso duma guerra mundial, contradição principal à escala do globo, é porque a humanidade não é uma «formação social», em sentido marxista, ela não é uma «totalidade», não sendo mesmo suficientemente unificada para que um modo de produção possa subordinar os outros a si. Em particular, o modo de produção capitalista não pode subordinar a si, integrando-o no seu processo de circulação, o modo de produção socialista nascente, pois este é protegido pelo monopólio do comércio externo detido pelo Estado proletário¹⁰. De resto, mesmo os países que estão mais ou menos integrados no mercado capitalista apresentam em cada caso uma

combinação específica do modo de produção capitalista com as formas dos antigos modos de produção que sobrevivem. Como mostrou P. P. Rey, estes resistem por muito tempo, na maior parte dos países do «terceiro mundo», à dominação do modo de produção capitalista ¹¹.

Não se deve concluir daqui que não se pode responder à questão «quais são os nossos inimigos, quais são os nossos amigos» quando se trata das relações internacionais. Em 1957, Mao TséTung declarara que o vento de Leste levaria a partir de então a melhor sobre o vento do Oeste ¹². Quando os Soviéticos fingiram ver nisso mais uma prova de racismo dos Chineses, estes explicaram que o «vento de Leste» não era uma noção geográfica e englobava todas as forças revolucionárias progressistas, e, em geral, hostis aos principais campeões do «statu quo», enquanto o «vento de Oeste» designava as forças mais reaccionárias.

Desde que os Chineses romperam com os Soviéticos e que os Franceses saíram da N. A. T. O. fala-se com frequência da despolarização das relações internacionais. Num sentido, refere-se assim uma realidade de que os Chineses deram conta modificando o enunciado das quatro contradições fundamentais. Na «carta em vinte e cinco pontos» (Junho de 1963) eles punham em primeiro lugar a contradição entre o campo socialista e o campo imperialista. Presentemente eles apenas a citam na quarta posição, dizendo que ela opõe os países (e já não o campo) socialistas aos países (e já

não ao campo) imperialistas (e social-imperialistas).

O mundo continua no entanto, polarizado. Temos dum lado a China, principal base vermelha da revolução mundial, as forças revolucionárias e progressistas, assim como os países que aspiram à independência, do outro as duas superpotências que se disputam ao mesmo tempo que cooperam, os seus aliados e satélites. Contudo, não é possível dizer em rigor que os dois «campos» assim definidos sejam os aspectos da contradição principal da nossa época. Com efeito, eles não estão unificados nem são susceptíveis de o serem, fora o caso de uma guerra mundial. No situação actual o sistema das relações internacionais **entre Estados** parece estruturada pela presença de três grandes potências. No entanto, se pode aí existir um «jogo a três», não haverá senão um conflito a dois, ou seja que as superpotências se unam para invadir a China, ou seja que só uma se aventure a isso, enquanto a outra se alia à China. Qualquer que seja a possibilidade que se realize, a natureza da contradição principal será determinada pelos dois campos de que acabamos de falar¹³.

O perigo de uma guerra mundial resultante de uma agressão à China ainda existe, e os Chineses prepararam-se seriamente para essa eventualidade. Se hoje esse perigo é menor, deve-se sem dúvida ao reforço da China, e ainda mais ao desenvolvimento das lutas populares em todo o mundo. Foi isso precisamente que declarou Mao Tsé-Tung em 1970. A ameaça

duma guerra não é excluída, embora a tendência principal hoje, no mundo inteiro, seja a da revolução. O terreno foge sob os pés dos agressores, potenciais com a multiplicação dos focos revolucionários. Esta tendência modifica a relação de forças e imprime o seu carácter à nossa época, a época em que o imperialismo caminha para a sua derrocada total, em que o socialismo caminha para a vitória em todo o mundo.

Os principais inimigos da China e dos povos do mundo são o imperialismo americano e o social-imperialismo russo. Os crimes do primeiro são bem conhecidos de todos, mas há muitas gente que alimenta ilusões acerca da verdadeira natureza do segundo, mesmo admitindo que os dirigentes do P. C. U. S. são revisionistas e não revolucionários consequentes. Ora o revisionismo é a forma que reveste a ideologia burguesa mascarada com as vestes marxistas. Um partido revisionista é, já o disse Lenine, «um partido operário burguês». Operário pela base militante e influência eleitoral, burguês pela direcção e política prosseguida. «O revisionismo no poder é a burguesia no poder» declarou Mao. Lenine classificou como social-imperialista numa política externa socialista em palavras mas imperialista nos actos. Esta caracterização aplica-se completamente à U. R. S. S. É impossível citar todos os factos que o comprovam.

— Impôs à Checoslováquia, pelas armas, um governo de marionetes fiéis à sua política.

- Opôs-se aos objectivos anti-sionistas dos combatentes palestinos e fez pressão sobre a Síria para que não os socorresse quando estavam a ser massacrados pelo exército jordano, o que não deixa de ser um magnífico exemplo de cooperação soviético-americana — já que as tropas do rei Hussein eram financiadas e equipadas pelos E. U., que, aliás exerciam idênticas pressões sobre a Síria. As duas superpotências disputam entre si o Médio Oriente, mas unem-se para assegurar a estabilidade dos regimes vigentes. O que eles antes de mais temem é a guerra do povo. Recorda-se que aquando da guerra dos seis dias, a U. R. S. S. votou com os E. U. numa resolução que impunha um cessar-fogo, mas não a retirada imediata e incondicional dos agressores israelitas para as suas posições anteriores à guerra. Era a recompensa da agressão e a garantia aos seus autores da posse indefinida dos frutos da rapina. Se a guerra se tivesse prolongado as forças israelitas, penetrando profundamente em território árabe, teriam sido desalojadas no meio das massas revoltadas.
- No Outono de 1968 a U. R. S. S. forneceu ao governo do carrasco Suharto numa ajuda económica e militar quando ele reprimia os resistentes comunistas e bombardeava as aldeias da região de Biltar, a leste de Java. Conselheiros soviéticos chegaram a assistir a estas operações!

- Apoiou o governo de Tombalbaye do Chade na sua luta contra a guerrilha popular que ele reprimiu com a ajuda do exército francês.
- Provocou em Março de 1969 incidentes sangrentos na fronteira chinesa. Simultaneamente deslocava forças militares e mísseis através da Mongólia para os instalar o mais próximo possível dos centros vitais da China.
- Nos seus esforços para cercar a base vermelha da revolução mundial propôs recentemente aos governos mais reaccionários da Ásia do Sul, tal como o da Tailândia, num pacto de «segurança colectiva»! A fim de preparar esta manobra chegou ao ponto de enviar o fraudulento agente e jornalista Victor Louis (de seu nome verdadeiro Vitaly Yevgenievitch) como emissário oficial junto da clique de Tchiang Kaichek (fins de Outubro de 1968).

É verdade que a U. R. S. S. sempre forneceu ajuda à República Democrática do Vietname, mas é importante analisar concretamente a que objectivos respondia esta ajuda. Antes do mais tratava-se para os senhores do Kremlin de não perder toda a influência na Indochina. Até à interrupção dos bombardeamentos da R. D. V. N. a política de Moscovo consistia em maquinar um Munique vietnamita fundado na eternidade da divisão do país. A imprensa soviética dava como modelo «a via de Tachkent», que opunha à

«via do Vietname», consistindo a primeira em ter por intocáveis as fronteiras e linhas de demarcação como as que mantêm o povo da Cachemira sob o jugo indiano e o povo do Vietname do Sul sob o dos fantoches pró-americanos. Nessa época Washington considerava que apesar de tudo a ajuda russa comportava também num aspecto positivo. Dava a Moscovo os meios de, chegado o momento adequado, influenciar no sentido de um compromisso que abandonasse o sul ao «mundo livre». Pelo contrário, a ajuda chinesa inquietava o governo americano. Os seus especialistas avaliavam-na em 500 milhões de dólares, igual à ajuda soviética. A grande imprensa acusava os chineses de se quererem bater até ao último vietnamita. Nos meios dirigentes de Washington a questão dum ataque preventivo contra a China foi então seriamente debatida.

Desde que os «raids» aéreos contra o Vietname do Norte foram interrompidos no essencial e que os vietnamitas se sentaram à mesa de negociações, os Russos deixaram de temer que os Americanos transpusessem novos degraus na sua escalada, o que teria forçado a U. R. S. S. a abandonar o Vietname para evitar um confronto directo com a maior potência mundial. A partir desse momento pareceu-lhes útil fixar as forças dos seus rivais nesta região a fim de aumentar a sua liberdade de manobra noutros locais. Depois de terem fornecido aos vietnamitas durante anos armas antiquadas passaram a enviar-lhes as

armas mais modernas e sofisticadas. A dependência vietnamita em relação aos fornecimentos soviéticos aumentou e os meios de pressão de Moscovo reforçaram-se. Actualmente, as previsões soviéticas são muito provavelmente de que a guerra se prolongará indefinidamente e de que, pelo menos em alguns sectores se transformará num confronto entre as mais avançadas técnicas electrónicas das duas superpotências. Os militares americanos poderão assim experimentar, com vítimas reais, as suas últimas armas antipessoais e contra-insurreccionais, enquanto que os soviéticos de tal tirariam preciosos ensinamentos pondo à prova o seu material.

Tendo chegado tarde à partilha do mundo e sendo então mais fraca, a U. R. S. S. é obrigada para concorrer com a outra superpotência a recorrer a métodos mais subtis e sugestivos, fornecer créditos em condições mais favoráveis aos países que pretende passar a dominar, o que fez com que muita gente não se apercebesse do carácter imperialista da sua política. E no entanto os dirigentes soviéticos quase que não disfarçam os seus objectivos. Evocando as possibilidades de desenvolver as trocas comerciais com os países do «Terceiro Mundo» Kossyguine disse: «Para a União Soviética esta cooperação abre novas possibilidades de obter um lucro ainda maior das vantagens de divisão internacional do trabalho. Nós poderemos comprar a esses países, em proporções cada vez maiores, os seus produtos tradicionais: algodão, lã, peles, concentrados

de minerais não ferrosos, óleos vegetais, frutos, café, cacau, chá e outras espécies de matérias-primas e artigos fabricados¹⁴. A divisão internacional do trabalho», a que se refere Kossyguine é a mesma que permite a troca desigual, à custa da qual os países imperialistas se enriquecem à custa dos países cuja produção é essencialmente agrícola e mineira. Tal como eles a U. R. S. S. tem daqui em diante que defender os seus interesses em todas as partes do mundo. Gromyko declarou sem rodeios: «A União Soviética que, enquanto grande potência, tem relações internacionais muito desenvolvidas, não pode ficar passiva face a acontecimentos que se desenvolvem talvez em terras geograficamente distantes»¹⁵.

Dotando-se duma marinha de guerra cada vez mais poderosa e presente em todos os oceanos, construindo navios porta-helicópteros e porta-aviões gigantes e montando uma força de intervenção rápida semelhante aos «marines», a U. R. S. S. prepara-se para talhar um império face ao dos americanos e tal como este a representar o seu papel de polícia internacional da contra-revolução¹⁶. Até hoje, as forças americanas nunca se lançaram contra os Russos, mas tão somente contra os povos. As forças russas não servirão para outra coisa. A sua invasão da Checoslováquia dá-nos uma antevisão do que nos reserva o futuro. Tanto mais que eles pretenderam justificá-la por considerações de princípio segundo as quais defender os «interesses socialistas» é defender a «soberania supre-

ma»¹⁷. Chegaram mesmo a proclamar abertamente, citando Lenine, que pretendiam transformar a «ditadura do proletariado... de nacional em internacional o que (dizem eles) a tornará susceptível de exercer uma influência decisiva sobre toda a política mundial»¹⁸. É claro que não se trata nem de socialismo, nem de proletariado. É apenas a sua ditadura que os déspotas do Kremlin querem impor ao mundo. É igualmente significativo que a U. R. S. S. que até hoje condenava (em palavras) todas as guerras e proclamava (em palavras) o seu respeito pelas fronteiras legadas pela história, tenha apoiado por todos os meios a guerra de agressão da Índia com o fito de desmembrar um estado independente. Ao fazê-lo a União Soviética incorreu na reprovação de todos os países do mundo — excepto os seus satélites — mas não há dúvida que julga que tal facto não tem interesse para uma grande potência quando se trata de fazer avançar os seus peões no xadrez mundial.

Após ter concluído um pacto militar com a Índia, ter assentado arraiais no Bangla Desh, ter reforçado a sua frota no Oceano Índico, distribuído 45 divisões ao longo da fronteira chinesa, a U. R. S. S. constitui para a China uma séria ameaça de agressão. A campanha de propaganda antichinesa chauvinista, e mesmo racista, ganhou uma amplitude sem precedentes na União Soviética, tal como assinalava o «Le Monde» de 5 de Fevereiro. Os senhores do Kremlin preparam a opinião pública para a guerra. Têm interesse em

desencadeá-la (se a isso se decidirem) antes que os Americanos se tenham retirado da Ásia. Por seu lado os chineses estão interessados em conseguir a retirada dos Americanos antes de se verem atacados pelos Russos.

A Imprensa quis explicar a pretendida aproximação dos Estados Unidos com a China pela facto dos Americanos terem súbitamente tomado consciência de que o verdadeiro perigo para eles vinha da U. R. S. S. Trata-se de encobrir as verdadeiras razões que obrigaram Nixon a deslocar-se a Pequim.

Em 1965, Johnson pretendia obrigar os vietnamitas a ajoelhar a seus pés invadindo o sul e bombardeando o norte. Entre os seus conselheiros as vantagens e os riscos de uma agressão contra a China (grande retaguarda da frente vietnamita) eram cuidadosamente pesadas. Da mesma forma que no decurso da guerra da Coreia, a ameaça contra a China estava dentro da lógica de uma estratégia ofensiva na Ásia. O imperialismo ianque tendo sido posto em cheque no Vietname, viu-se envolvido em contradições que se iam agravando cada vez mais. O crescimento do movimento revolucionário negro, e da resistência dos jovens contra a guerra, o apodrecimento e mesmo a desagregação do corpo expedicionário (insubordinações, «fraging»¹⁹, deserções, droga), o défice da balança de pagamentos e a crise do dólar ligados às despesas militares, o enfraquecimento da posição internacional dos Estados Unidos, finalmente e como con-

sequência de tudo isto a oposição ao prosseguimento da guerra por parte duma fracção, hoje em dia maioritária da classe dominante, incitaram Nixon a manifestar certas veleidades de descomprometimento na Ásia e a mostrar o desejo de estabelecer conversações com o presidente Mao. Este último consciente que os problemas respeitantes à normalização das relações entre os dois países só podem ser resolvidos com os detentores do poder em Washington, não tinha qualquer razão para não aceder ao seu desejo e convidá-lo a vir a Pequim. Tanto mais que esta viagem nas circunstâncias em que se verifica tem todo o aspecto de viagem a Canossa. Nixon confessa que a política americana de há 23 anos para cá tem sido um completo falhanço. Baseava-se essa política na crença de um próximo desmoronamento do poder vermelho na China, que era necessário precipitar pelo bloqueio militar, económico e diplomático. Todo aquele que se interroga sobre as causas da viragem da política internacional chinesa está assim a colocar um falso problema. Não foi a China que reviu a sua política, foram os Estados Unidos que a isso se viram obrigados²⁰. Convem-lhes com certeza adoptar uma atitude mais realista mas em última análise foi a China que tirou maior benefício deste convite. O seu prestígio internacional aumentou consideravelmente. Wilfred Burchett sublinhou com razão o efeito formidável que devia ter «em toda a Ásia o simples facto de pela primeira vez na história, o império mais poderoso do

mundo enviar a mais alta personagem do Estado prestar vassalagem política a Pequim»²¹. Desde já se podem ver as consequências muito positivas no plano das relações entre os povos. Os preconceitos acumulados durante 25 anos de propaganda enganadora sobre a China dissiparam-se. No tempo de Dulles e mesmo depois dele o Governo americano proibia aos seus nacionais de visitar a China. Presentemente, jornalistas, universitários, desportistas desfilam em Pequim. É significativo que mesmo aqueles cujas opiniões são de direita regressam com impressões e documentos relativamente favoráveis. São obrigados a ser em parte verdadeiros se não querem perder todo o crédito. A situação é, pois, extremamente favorável para os revolucionários marxistas-leninistas e para os amigos da China em geral. Eles estão aliás, perfeitamente conscientes disso mesmo como o testemunharam os membros do «Committee of Concerned Asian Scholars» quando da sua entrevista com Chu En-lai em 19 de Julho de 1971. Gianni Sofri pode ficar descansado que a «nova esquerda americana» não verá «o chão fugir-lhe a seus pés»²². O reconhecimento da China pela França, a troca de visitas oficiais a nível ministerial, o facto de que foi somente a morte que impediu De Gaulle de ir a Pequim como convidado do presidente Mao, tudo isto travou o movimento de reforço da corrente de simpatia pela China e do movimento maoista em particular?

O contrário é que é verdadeiro como sabem todos os que seguiram a evolução dos acontecimentos a este respeito.

Antes mesmo que Nixon pusesse os pés na China, esta já tinha retirado da visita o essencial do proveito que podia razoavelmente esperar. Nada mais resultará dela senão porventura alguns acordos comerciais. Dezenas de países reconheceram a China, quer porque os governos decidiram adoptar uma política mais independente, quer, pelo contrário, porque receberam luz verde de Washington num momento em que a viragem da sua política em relação à China ainda não era muito clara. Quando ela se tornou clara o movimento só podia precipitar-se, escapando assim ao seu controlo. Já que o vizinho tinha reconhecido Pequim era necessário não ser o último a fazê-lo. Quando na O. N. U. a resolução americana sobre o ponto prévio de tratar-se ou não de uma questão importante (que exigiria dois terços de votos favoráveis) foi derrotada à tangente numerosas delegações que anteriormente a apoiaram vieram em socorro da vitória votando pela admissão da China²³. Os Americanos tinham-se oposto até ao fim esperando que as manobras da última hora e as pressões exercidas sobre os numerosos países cujos governos eles financiam atrasariam por um ano o desfecho inevitável. Se tal acontecesse, aquando da sua viagem a Pequim, Nixon teria pelo menos essa esmola a dar. Assim irá de mãos vazias, pois ainda não se resignou a «largar» Taiwan. Ora

é a condição «sine qua non» do estabelecimento das relações diplomáticas. Será tudo o que Nixon receberá em troca de Taïwan na hipótese improvável de aceitar abandonar Taïwan. Mesmo neste caso as relações entre os dois países permaneceriam igualmente más enquanto os Americanos não se retirarem completamente da Indochina. «Esta exigência é ainda mais premente do que o restabelecimento das relações entre os povos chineses e americanos», declarou Chu En-lai na entrevista que acabamos de citar. Em outras alturas Chu En-lai disse que não esperava que esta exigência fosse satisfeita nos próximos tempos, em qualquer caso nunca em ligação com as entrevistas que Nixon terá em Pequim, visto que os chineses não tencionam negociar sobre esta questão pelas costas dos vietnamitas²⁴. Contrariamente às especulações de certos jornalistas que pensaram compreender que os Vietnamitas estavam contrariados com o anúncio da viagem de Nixon, o príncipe Sihanouk congratulou-se recentemente do «acordo perfeito constatado entre Norte-Vietnamitas e Chineses por ocasião da visita de Pham Van Dong a Pequim em Novembro último²⁵. Os Chineses apoiam, com efeito, as posições do Governo de Hanói no que diz respeito às condições duma paz negociada. Deram-lhe recentemente um auxílio suplementar gratuito. Não têm quaisquer ilusões quanto aos resultados imediatos das suas conversações com Nixon. Nem por um instante diminui a violência das suas denúncias do imperialismo americano. Com-

pararam o encontro Mao-Nixon às negociações de Tchoung-King de 1945. Nessa época Mao Tsé-Tung deslocou-se à capital da China nacionalista para tentar chegar a um acordo com Tchiang Kai-chek que evitaria a guerra civil conforme o desejo unânime do povo chinês. As boas almas que gritam «sacrilégio» à ideia de Nixon profanar o solo da «capital moral do comunismo internacional» (Gianni Sofri) deveriam ler o texto de Mao Tsé-Tung no qual ele relata estas negociações. Nesse texto declara com uma total lucidez que a decisão do Kuomintang tomada já há muito tempo é de aniquilar os comunistas, que Tchiang apenas pensa enganá-los, que o acordo concluído só tem realidade no papel e no entanto era preciso ir a Tchoung-King, primeiro porque a situação objectiva obrigava Tchiang a dar mostras dum certo realismo, portanto a ceder certas concessões aos comunistas, em seguida para o desmascarar como único responsável pela guerra quando chegassem a uma ruptura. Que pensam os nossos críticos «de esquerda» do paralelismo Tchiang-Nixon? A todas as luzes, os camaradas chineses pensam que tal como os reaccionários do seu país o imperialismo americano terá um mau fim. Sob o seu aspecto terrível a sua natureza de tigre de papel transparece cada vez mais.

As duas superpotências têm aliados que elas apoiam e de que se servem nas suas manobras antipopulares e antichinesas. Os principais dentre eles são o Japão, actualmente mais próximo dos E. U. A., e

a Índia, actualmente mais próxima da U. R. S. S.

Os Chineses insistem com razão no perigo que representa o renascimento do militarismo japonês. O rearmamento do Japão desenvolveu-se activamente desde há alguns anos. O «IV Plano da edificação da defesa» representa uma aceleração brusca do ritmo em que ele se efectua. Este plano prevê para o período de 1972-1976 mais de 16 biliões de dólares de despesas ou seja 3,4 vezes as do III Plano e cerca de 5 biliões de dólares mais do que o total das despesas militares directas que eram previstas pelos três planos precedentes. O governo e os capitalistas japoneses financiaram filmes exaltando os feitos da Marinha imperial com o fim de preparar a opinião pública para o regresso a uma política de intervenção além-mar. Dentro do partido no poder chegaram mesmo a ouvir-se vozes exigindo o estacionamento de forças japonesas no estreito de Malaca com o pretexto de proteger a estrada do petróleo de que o Japão importa 200 milhões de toneladas²⁶. Já as sociedades petrolíferas deste país associadas a firmas americanas tentam lançar mão aos jazigos submarinos situados ao longo das costas vietnamitas e na plataforma continental chinesa.

Desde 1965 que os Estados Unidos incitam o Japão a partilhar as suas «responsabilidades» de polícia internacional no Extremo Oriente e no Sudeste da Ásia. Assim, impuseram um acordo entre Seoul e Tóquio, entabularam negociações para a restituição de Oki-

nawa, apoiaram o golpe de estado na Indonésia de oficiais formados pelos japoneses que se apressaram a convidar as empresas japonesas a extorquir os recursos do seu país.

A política seguida pelos Estados Unidos no Japão desde o fim da guerra consistiu em criar um sub-imperialismo satélite com o qual eles partilhariam o trabalho. Favoreceram a reconstituição dos Zaibatsu (trusts verticais e horizontais) responsáveis das guerras de rapina no seu país. Para que eles não fossem tentados a procurar o escoamento dos seus produtos na China, os Americanos impuseram aos estados antigamente ocupados pelo Japão a abertura dos seus mercados ao Japão sem lhes exigirem indemnizações de guerra.

Os sacrifícios financeiros a que o Japão teve de consentir para ajudar à manutenção da flutuação do dólar mostram bem a sua dependência em relação à economia americana. Simultaneamente as pressões de Washington tornaram mais agudas as suas contradições com Tóquio e reforçaram a fracção dos meios dirigentes japoneses que preconizam a normalização das relações com a China.

A visita de Gromyko nos últimos dias de Janeiro tinha precisamente por fim impedir o Japão de se voltar para a China lançando aos olhos dos Mitsui e dos Mitsubishi excelentes projectos de exploração em comum na Sibéria. Estes projectos têm um efectivo atractivo dadas as necessidades do Japão em madeira

resultantes de ele ser o seu primeiro consumidor mundial.

O Japão que reconhece a clique de Tchiang Kai-chek está sempre em estado de guerra com a verdadeira China. Possui foguetões e poderia apetrechar-se em curto período de armas atômicas. Também não ratificou o tratado de não proliferação. Com as duas superpotências e a Índia contribui poderosamente para o cerco da China.

A Índia pelas mesmas razões rejeita ratificar o tratado de não proliferação. Com os seus quinhentos milhões de habitantes, a sua indústria de guerra, 50 por cento do seu orçamento consagrado às despesas militares, a enorme quantidade de armas que recebe da U. R. S. S. e dos E. U. A., está em posição de criar uma séria ameaça no flanco Sul da China em caso de agressão contra este país. Admite-se, geralmente, que o pacto de defesa recentemente concluído entre Moscovo e Nova Delhi foi previsto para uma tal eventualidade.

Com o fim de dispor em qualquer momento dum «casus belli» a Índia tem recusado constantemente negociar um tratado de fronteira com a China como já o fizeram a Mongólia, o Afeganistão, o Paquistão, o Nepal, a Birmânia, etc. ... Não só pretende guardar os territórios situados ao sul da pretendida «Linha McMahon» que ela ocupou depois de 1948 assim como alguns enclaves de que se apoderou a Oeste do Nepal, mas também reivindica o planalto do Aksai-

-Chin que atravessa a estrada que liga o Sinkiang ao Tibete. Nesta região chinesa encorajou em 1959 o poder feudal teocrático do Dalai-Lama a revoltar-se contra as autoridades centrais chinesas que pretendiam libertar os servos e realizar uma reforma agrária. Seguidamente, Nova Deli ajudou os grupos tibetanos que se dedicavam a actividades hostis em território chinês. Em 20 de Outubro de 1962 a Índia lançou um ataque de grande envergadura contra os guardas fronteiriços chineses, mas as suas forças foram completamente destroçadas. O Dalai-Lama dirigiu-se últimamente a Calcutá onde depois de se ter felicitado pela libertação do Bengala Oriental, declarou que agora era preciso pensar no Tibete.

No Ocidente apresenta-se a Índia como uma grande democracia popular. Na realidade, reina aí uma repressão policial que faz antes pensar no fascismo. A tipografia do jornal maoista «Libertação» foi destruída pela polícia. Esta assassina diariamente na rua os militantes maoistas. Há nas prisões mais de 5000 pessoas presas sem julgamento pela única suspeita de serem extremistas. No fim do ano passado cerca de 50 prisioneiros políticos foram massacrados na prisão de Alipore²⁷. No total mais de 150 maoistas foram mortos nas prisões²⁸. O terrorismo policial abateu-se mesmo sobre os militantes do muito legalista «Communist Party (marxist)».

O governo indiano agiu sempre com o maior desprezo pelo direito dos povos a disporem de si próprios. Ocupa militarmente a Cachemira e proíbe toda a actividade política ao líder popular deste país, o Cheikh Abdullah, quando não o mantém na prisão. Durante muito tempo fez a guerra ao povo Naga para o submeter, e reprime o povo Mizo que aspirava a uma real autonomia interna. A Índia colocou sob seu protectorado o Butão e o Sikim. Tentou em vão fazer o mesmo com o Nepal.

Como acreditar nestas condições que a Índia fez a guerra contra o Paquistão por puro altruísmo para libertar os Bengalis? A outra explicação dada, ou seja o peso para o seu equilíbrio financeiro representado pelos oito milhões de refugiados, não é mais convincente. Durante os oito primeiros meses do ano passado o défice orçamental atingiu 570 milhões de rupias enquanto que o socorro aos refugiados tinha custado somente 157 milhões²⁹.

Na realidade a agressão indiana contra o Paquistão foi uma operação típica de banditismo internacional. Vejamos quais as vantagens que retiraram os grandes monopólios indianos (do género Tata e Birla) e o poder que os representa com os seus aliados feudais:

- Desmembramento de um seu vizinho inimigo;
- Vantagem económica e estratégica de poder ligar directamente o Assam ao resto da Índia;
- Fim da concorrência da juta produzida no Ben-

gala oriental e possibilidade para a indústria indiana de aí se fornecer em fibra;

- Abertura de um mercado susceptível de absorver os têxteis indianos em montante até um bilião de rupias, quando até esta data as necessidades eram satisfeitas pelo Paquistão ocidental³⁰;
- Ocasão sonhada para as linhas aéreas e linhas marítimas indianas tomarem o lugar das suas homólogas paquistanesas e para as 32 ou 42 famílias indianas suplantarem as «22 famílias paquistanesas»³¹.

Em resumo, os Bengalis não fizeram mais do que mudar de padrões. Para levar a cabo este gigantesco «hold up» os expansionistas indianos exploraram aspirações autênticas do povo Bengali. Simplesmente, aconteceu que essas aspirações foram canalizadas por um partido (a liga Awami) que representava os proprietários da terra e a burguesia local (e não a «pequena burguesia» como o pretende Sofri no «Temps Modernes», p. 980). Este partido era, por outro lado, manipulado pela Índia com quem conspirava desde longa data. Contrariamente ao que pensa Sofri ele tinha a certeza que «a secessão bengali resultaria em vantagem exclusiva da Índia» («T. M.», p. 981). Sofri que o não pensava em 20 de Setembro de 1971 tem ainda a coragem de afirmar no seu «post-scriptum» de 4 de

Janeiro de 1972 que a guerra entre a Índia e o Paquistão confirmou a sua análise.

Pretendeu-se que a Índia é uma país neutral, cioso da sua independência, enquanto que o Paquistão seria uma aliado dos Estados Unidos que o teriam apoiado durante o conflito como a China. Os revisionistas não deixaram de pretender denunciar esta «colisão».

Na realidade as coisas são bem diferentes. A Índia está endividada até ao pescoço, tendo contraído no estrangeiro empréstimos cujo montante total representa quase 22 % do seu produto nacional bruto! Cerca de 55 % desta soma são devidos aos Estados Unidos donde provêm mais de um terço das importações da Índia³². Esta invadiu o Paquistão oriental com a bênção da U. R. S. S. que lhe expediu material militar em doses maciças. Os Estados Unidos, por seu lado, decretaram o embargo de exportações de armas para os dois países. Já durante a guerra indo-paquistanesa de 1965 Washington tinha adoptado a mesma atitude falsamente imparcial tendo em conta que a Índia dispõe de uma indústria de guerra própria e que pode contar com a ajuda soviética. Donde resultou que o Paquistão teve que mendigar as espingardas à Turquia e ao Irão.

No fim de Janeiro, logo a seguir à vitória da Índia, Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, banco que é controlado pelos Estados Unidos, deslocou-se a Nova Deli e declarou que o seu banco tinha concedido à Índia no decurso dos últimos seis meses

uma ajuda superior à dos anos anteriores. Por outras palavras, os Estados Unidos «ajudaram» o Paquistão pronunciando lindos discursos na O. N. U. mas a sua ajuda efectiva foi dada à Índia. A dependência desta a seu respeito é de tal ordem que os Estados Unidos poderiam certamente dissuadi-la de se lançar na guerra.

Mostrámos que não existe contradição principal à escala do globo visto este não estar unificado. Também não pode existir força hegemónica no «campo» que corresponde ao «Vento de Leste». Eis porque os Chineses não pensam fundar uma nova internacional que eles necessariamente dominariam. Trata-se de razões de princípio e não somente conjunturais tais como a fraqueza relativa na maior parte dos países e do estado de divisão das forças organizadas que se reclamam do pensamento de Mao Tsé-Tung. Será necessária uma Internacional? Nenhuma das quatro grandes revoluções proletárias (a Comuna, Outubro de 1971, a revolução chinesa, e a revolução cultural) foi dirigida por uma internacional. Quando existiam cometeram erros. Os comunistas chineses não se sentem de forma alguma qualificados para aconselhar os partidos irmãos na resolução dos problemas concretos da sua prática revolucionária. Somente aqueles que estão metidos nessa prática podem conhecer a realidade que transformam. Não deve haver nem estado-guia, nem partido-pai.

Esta convicção não impede que os chineses estejam conscientes das suas responsabilidades internacionais,

de seguir de perto o desenvolvimento dos movimentos populares no mundo e de lhes dar provas tangíveis da sua solidariedade. Repetem frequentemente uma fórmula que resume o conjunto das lutas a apoiar: «os países querem a independência, as nações a libertação, os povos a revolução»³³.

Os países que desejam a independência são no essencial os que se recusam a infileirar-se nas duas superpotências. Pertencem à primeira e à segunda «zona intermédia». No seguimento da segunda guerra mundial Mao Tsé-Tung tinha qualificado de «zona intermédia» as vastas regiões que o imperialismo americano devia submeter para consolidar a sua retaguarda e aí instalar as bases de uma futura agressão contra a U. R. S. S. Entretanto, eram os países situados nessas regiões que sofriam a sua interferência e a sua opressão. Tratava-se de países coloniais ou semi-coloniais na Ásia e na África, e dos países capitalistas desenvolvidos na Europa.

A noção de zona intermédia não é senão parcialmente geográfica. Deve ser entendida sobretudo por analogia com as «forças intermédias» na luta de classes. Forças que os comunistas devem obter o apoio ou neutralizar para isolar o inimigo principal. Durante a guerra de resistência contra o Japão os comunistas tinham admitido nos órgãos do poder popular o que Mao chama «déspotas (nobres) esclarecidos», isto é, patriotas. Mao insistia na distinção a fazer entre os anticomunistas irredutíveis que controlavam o poder

central e outros representantes dos grandes proprietários da terra e da grande burguesia que tinham contradições com os primeiros e que a este título, faziam figura de grupos intermédios. «Mutatis mutandis» poder-se-ia caracterizar Sihanouk ou de Gaulle como elementos «intermediários», ou mesmo, em certas circunstâncias «déspotas (nobres) esclarecidos».

Os Chineses designaram como «segunda zona intermédia» os países capitalistas avançados (e portanto mais ou menos imperialistas) que entraram em concorrência com os Estados Unidos e a U. R. S. S. Mesmo se estes países são governados por regimes reaccionários a sua luta mina a dupla hegemonia do imperialismo americano e do social-imperialismo russo que cooperam ao mesmo tempo que disputam a divisão do mundo. Por outras palavras, a China explora as contradições entre Estados reaccionários em geral apoiando os mais fracos contra os mais fortes e aqueles que estão dispostos a aliar-se a ela contra aqueles que lhe são irredutivelmente hostis. Trata-se da aplicação dos princípios da tática maoísta no que diz respeito ao problema das alianças. Em «Sobre a nossa política» (1940) Mao explicava que era preciso «explorar as contradições, ganhar a si a maioria, opor-se à minoria, esmagar os adversários um a um»³⁴. Em 1935, Mao tinha criticado o ponto de vista esquerdista segundo o qual «é preciso que os forças da revolução sejam totalmente puras, o caminho da revolução totalmente a direito (...) Se apertarmos a mão de Tsai

Ting-Kai, devemos ao mesmo tempo tratá-lo como contra-revolucionário»³⁵.

Face a esta concepção estreita e rígida que tinha já custado bem caro ao Partido, Mao preconizava uma tática maleável que consistia em «tirar partido de todas estas disputas, aberturas e contradições no seio do campo inimigo e utilizá-las contra o inimigo principal desse momento»³⁶. Estes ensinamentos foram recordados na imprensa chinesa durante o ano passado.

A teoria das duas zonas intermédias não é uma visão meramente espiritual. A França deu provas de uma real independência face aos Estados Unidos ao retirar-se da N. A. T. O., ao condenar a intervenção no Vietname (cf. o discurso de Phom-Penh) e aquando da crise do dólar para a qual bastante contribuiu através da sua política monetária³⁷. Sabe-se igualmente que os países escandinavos (mais particularmente a Suécia) apoiam o povo vietnamita, a resistência grega, etc.

A China regozijou-se com a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum na medida em que uma Europa unificada pode resistir melhor ao Estados Unidos. Pretendeu-se que no interior da Europa a Grã-Bretanha representaria um cavalo de Tróia americano, porque os investidores de além-atlântico aí possuem 10 % do capital industrial, muito mais do que em qualquer outro país do Mercado Comum. Este raciocínio é falacioso. O exemplo (de que fala Marx)

da Inglaterra industrializada com capitais holandeses e da América industrializada com capitais ingleses mostra bem que o facto determinante será a evolução da relação de forças entre a Europa e os Estados Unidos. A estagnação relativa desta potência deveria dissipar qualquer inquietação quanto à sua capacidade de colonizar a Europa.

No que respeita à primeira zona intermédia a China aplaudiu os sucessos conseguidos pelos países produtores de petróleo na sua luta para obrigar as sociedades petrolíferas a ceder-lhes uma parte mais importante dos seus lucros, assim como os esforços dos países latino-americanos para retomar a posse das suas riquezas mineiras e agrícolas. Não chegam eles (como o Peru) a interpelar navios americanos que violam o limite das águas territoriais que estes países fixaram em 200 milhas para defender a sua pesca.

Críticas apaixonadas foram dirigidas à China no que diz respeito precisamente às suas relações com certos regimes nacionalistas do «terceiro mundo» e à sua atitude quando estalaram tumultos no Sudão, no Ceilão e no Paquistão.

Acusaram-se os chineses por terem enviado uma mensagem amigável ao general Nemeiry após a derrota do golpe de estado que por momentos o afastou do poder. É hoje evidente que se tratava de um golpe aventureiro de uma fracção muito minoritária do exército com ligações com o partido revisionista e sem dúvida com Moscovo³⁸. Os militares que dessa forma

tentaram conquistar o poder estavam completamente desligados das massas. Quanto aos seus aliados «comunistas» eles tinham sido dos mais entusiastas pregadores da passagem pacífica ao socialismo. De facto, eles tinham várias vezes subido ao poder o mais pacificamente do mundo depois de terem conspirado com vários grupos militares, entre os quais o do próprio Nimeiry. De repente, renegaram os seus princípios relativos à passagem pacífica para recorrer à violência; não à violência do povo mas à de soldados ambiciosos. Tinham preparado uma lista negra das pessoas a eliminar entre as quais figuravam os dirigentes do partido marxista-leninista. A vitória dos golpistas teria apenas significado que o Sudão tinha entrado na órbita do social-imperialismo. Os chineses preferiam manifestamente a fracção do exército que queria salvaguardar a independência do país. Não se descortina em nome de que princípio eles deveriam sentir-se solidários da clique adversa.

Dito isto, é verdade que Nimeiry aproveitou-se da sua vitória para estender a repressão às massas³⁸. O seu anti-imperialismo é por outro lado bastante vacilante. Tudo isto é denunciado pelos marxistas-leninistas sudaneses que estão na vanguarda da luta do povo contra a opressão. O governo chinês não pensa usurpar-lhes esta responsabilidade que é deles exclusivamente.

No Ceilão, a China encontrava-se face a um novo governo assente numa coligação de esquerda cujo

programa previa reformas democráticas no interior e uma política estrangeira anti-imperialista. De facto reivindicou o desmantelamento de todas as bases imperialistas no Oceano Índico e apressou-se a reconhecer a Coreia do Norte, o Vietname do Norte e o governo provisório do Vietname do Sul: a Sr.^a Bandaranaike era, por outro lado, hostil ao expansionismo indiano e pretendia defender a independência do seu país face a todos.

Porém é preciso não esquecer que o governo é uma coisa e o poder de Estado é uma outra. Este último no Ceilão continuava nas mãos das forças mais reacţionárias. Estas organizaram um atentado contra a embaixada americana, no seguimento da qual a polícia levou a cabo numerosas prisões entre os militantes da J. V. P. (Frente de Libertação Nacional). O objectivo era o de provocar uma reacção violenta da J. V. P. de forma a obrigar a Sr.^a Bandaranaike a reprimir o povo. Ela teria então de se apoiar na direita e consequentemente inflectir a sua política.

A J. V. P. fez precisamente o que dela esperavam. Duas teses surgiram no seio dos seus órgãos dirigentes: guerra prolongada do povo começando por uma actividade de guerrilha ou insurreição geral com vista à tomada imediata do poder. Os chefes da J. V. P. optaram pelo segundo termo desta falsa alternativa. Era prosseguir uma via suicida. A J. V. P. não tinha armas e não era com as poucas espingardas encontradas nos

25 postos da polícia conquistados de surpresa que poderia vencer um exército moderno.

Os trotskistas preocupados em defender a J. V. P. contra as acusações de aventureirismo e de blanquismo invocam um argumento que se vira contra eles próprios. A J. V. P., dizem, não fez senão responder a um ataque do poder. Mas quando é o inimigo que decide sobre o momento em que se recorre às armas não será a prova de que esse não é o bom momento?

Que militantes sejam lançados nas prisões nada de mais corrente num regime de ditadura burguesa. Há pouco mais de um ano, em Itália, elementos fascistas fizeram explodir uma bomba num banco popular de Milão fazendo 28 mortos. No seguimento deste atentado a polícia prendeu cerca de 150 militantes «esquerdistas». Nem por isso as organizações revolucionárias decretaram «o grande dia». Como igualmente fizeram as organizações francesas em circunstâncias semelhantes, elas mobilizaram a opinião democrática para obrigar o poder a ceder.

No Ceilão tudo se passou como se agentes inimigos infiltrados nos órgãos superiores do J. V. P. tivessem feito inclinar a balança a favor de uma decisão que dava à direita a oportunidade sonhada para esmagar à nascença o movimento revolucionário. O facto de o principal dirigente da organização estar preso talvez lhes tenha facilitado a tarefa.

Disse-se que os Chineses mesmo assim deveriam apoiar o J. V. P. da mesma forma que Max apoiou

a Comuna de Paris se bem que tenha julgado a insurreiçãõ prematura. A comparaçãõ é enganadora. A Comuna foi uma grande revoluçãõ **unindo sob a direcçãõ do proletariado as largas massas populares.** No Ceilãõ, nada disso aconteceu. A base social do J. V. P. era a pequena burguesia do campo. A sua linha políptica e a sua ideologia eram pequeno-burguesas. Não é por acaso que invocava Che Guevara ⁴⁰. O J. V. P. originário de uma cisãõ do P. C. C. (m-1) em 1965 não se tinha ligado ao proletariado urbano nem aos trabalhadores tamouls das plantações. Organizaçãõ numerosa, apoiando-se num descontentamento real dos pequenos camponeses parcelares empobrecidos, ela manteve-se cantonada nesse meio.

Para apreciar a mensagem de Chu En-lai à Sr.^a Bandaranaike é preciso ter em consideraçãõ todos estes elementos e o facto de ter sido enviada em 26 de Abril quando a reacçãõ do exército do Ceilãõ apenas começava, e ter sido publicada pelo governo de Colombo a 28 de Maio em plena repressãõ antipopular o que lhe dava um outro efeito e falseava a sua significaçãõ.

A polícia tinha preso Sanmugathasam dirigente do P. C. C. (m-1) e numerosos militantes deste partido «o que era uma forma de apontar um dedo acusador em direcçãõ à China» («Monthly Review», ibid). O sentido da mensagem de Chu En-lai era:

- 1.º Que a China nada tinha com a insurreição e mesmo que a desaprovava;
- 2.º Que o Ceilão podia contar com a sua ajuda para preservar a sua independência.

Apesar desta mensagem ser correcta quanto ao fundo podemos interrogar-nos sobre a sua oportunidade tendo em conta a maneira como foi aproveitada.

Enquanto que a Inglaterra, a Austrália, a Índia, o Paquistão, a U. R. S. S., a Jugoslávia enviavam armas para ajudar a repressão, a China apenas enviou arroz. Fred Halliday num artigo dos «Temps Modernes» (Janeiro 1972) consagra duas linhas à artilharia de montanha enviada pela Jugoslávia e duas páginas ao crédito consentido pela China. Isto dá bem a medida da sua objectividade.

A China aliou-se ao Paquistão desde que este país enfrentando os desejos e actos expansionistas da Índia cessou a sua cooperação com os pactos militares da C. E. N. T. O. e da S. E. A. T. O. de que era a cúpula. A partir de 1962, ano da agressão indiana contra a China, Rawalpindi, constatando que os seus «aliados» ocidentais preferiam a Índia, iniciou uma aproximação com Pequim sancionada pela conclusão de um acordo fronteiriço, a abertura de uma linha aérea, primeira ligação directa da China com o mundo não comunista e uma série de acordos relativos a trocas comerciais e ajuda financeira chinesa.

Ao estreitar laços com o Paquistão a China abria uma brecha no cerco imperialista e social-imperialista. Para obter este resultado havia simplesmente seguido a máxima de Mao: «É preciso apoiar tudo o que o inimigo combate» ou se se quiser: «os inimigos do nosso inimigo principal são nossos amigos». Foi este mesmo princípio que conduziu a União Soviética a concluir sob Lenine o Tratado de Rappals com a Alemanha e a estabelecer uma cooperação entre o Exército Vermelho e a Reichswehr. De facto, a U. R. S. S. e a Alemanha tinham um inimigo comum: os imperialismos francês e britânico. O caso do Camboja ilustra o mesmo princípio. Este país sentia-se ameaçado pelas ambições territoriais da Tailândia e do Vietname do Sul, ambos apoiados pelos Estados Unidos. O príncipe Sihanuk viu-se forçado a aproximar-se da China e do Vietname do Norte. Por seu lado estes países sabiam que amizade do Camboja facilitaria a luta contra os invasores americanos. A ajuda fornecida pela China e outros países socialistas permitiu a Sihanuk romper com os Estados Unidos no fim de 1963. Os acontecimentos posteriores mostraram como é falso acreditar que o «apoio» da China a um governo que representa as classes possuidoras possa ser um obstáculo ao desenvolvimento do movimento revolucionário. As boas relações de Pequim com Sihanuk não impediram os comunistas khmers, na sua maioria maoistas, de se implantar nas massas e reforçar-se militarmente. O príncipe que desconfiava que a China os

apoiava não hesitava em criticá-la nos seus discursos. No entanto, graças à ajuda que recebia pôde resistir às pressões dos Estados Unidos o que obrigou estes a destroná-lo por um golpe de estado militar. Desta forma, a hábil política de Pequim conseguiu colocar Sihanuk numa situação em que ele age ao serviço do seu povo. Hoje a China concede uma ajuda ilimitada aos combatentes cambojanos enquanto a U.R.S.S. mantém a sua embaixada em Pnom-Penh junto do governo fantoche de Lon Nol com o qual, aliás, recentemente concluiu um acordo financeiro. A ajuda (médicos, produtos farmacêuticos, etc.) que ela lhe fornece serve directamente ao esforço de guerra dos pró-americanos. Quando Sihanuk exprimiu o seu descontentamento pela atitude soviética a imprensa de Moscovo chamou-lhe racista.

No plano das relações com os estados capitalistas (e revisionistas), a China não esconde os seus inimigos. Eles impõem-se a ela como tais. Portanto ela não escolhe também os seus amigos. **As alianças são sempre fundadas na existência de um inimigo comum.** O facto de a Índia ter ocupado o vale de Caxemira em 1948, atacando a China em 1962, depois o Paquistão em 1965, justificava amplamente uma aliança entre estes dois países, da mesma forma que a invasão da U. R. S. S. por uma Alemanha já em guerra com os Anglo-Saxões impunha uma aliança de Moscovo com estes últimos.

A China é a única grande potência que não tem um só soldado fora do seu território. Dotou-se de um arsenal nuclear com o único fim de quebrar o monopólio das duas superpotências e de escapar à sua chantagem, mas tomou o solene compromisso de nunca dele se utilizar em primeiro lugar. Os Estados Unidos e a U. R. S. S. recusaram-se obstinadamente a subscrever um compromisso idêntico. É legítimo concluir que para eles as armas nucleares não têm só uma função dissuasiva mas são um instrumento de pressão e de intimidação ao serviço da sua política dominadora ⁴¹.

Desde a fundação da República Popular da China que o Presidente Mao declarou: «Nós devemos esforçarmo-nos por estabelecer com todos os países desejosos de viver em paz connosco relações diplomáticas normais na base do respeito mútuo da integridade territorial e da soberania assim como da igualdade e vantagens recíprocas. Tendo ela própria formulado os cinco princípios da coexistência pacífica, a China actua em conformidade com eles nas suas relações com os países que desejam reconhecê-la. Ela conclui com estes países, ou directamente com as empresas, acordos comerciais, não excluindo nenhum parceiro com excepção dos que negociam com Taiwan (Formosa).

Uma tal táctica não implica um apoio a governos reaccionários contra o seu povo. Se a China é obrigada a assinar compromissos com os primeiros ela não pede de forma alguma aos segundos de fazer o

mesmo. De igual forma, a U. R. S. S. quando assinou em 13 de Abril de 1941 um tratado de neutralidade com Tóquio, não exigiu aos comunistas chineses que abandonassem no mínimo que fosse a sua resistência aos invasores japoneses. Em Abril de 1946, Mao Tsé-Tung declarou que apesar dos clamores da reacção anunciando uma terceira guerra mundial os Estados Unidos e os seus aliados por um lado, a U. R. S. S. por outro lado alcançaram cedo ou tarde compromissos sobre um certo número de questões. Depois sublinha: «Tais compromissos não exigem que os povos dos diferentes países do mundo capitalista façam em consequência compromissos nos seus próprios países. Os povos destes países continuarão a desencadear diferentes lutas segundo as diferentes condições»⁴².

Seriam aliás revolucionários lastimosos aqueles que renunciassem a combater o poder inimigo sob o pretexto que a China tem com ele boas relações. Os maoistas do Bengala oriental que se opunham às tentativas secessionistas dos políticos burgueses teleguiados pela Índia e que apoiavam a aliança da China com o governo paquistanês lançaram-se, apesar disso, na luta armada contra o poder dos proprietários da terra desde o começo de 1970 e desenvolveram a guerrilha contra o exército paquistanês quando este massacrou as massas depois de 26 de Março de 1971.

Se nos lembrarmos de que acabamos de dizer, serão evitadas as reacções subjectivistas de certos progressistas que sentem um mal-estar ao lerem as decla-

rações do governo chinês quando este estabelece relações diplomáticas com países que acabam de reconhecê-la. Estas declarações mencionam em geral os princípios da coexistência pacífica entre estados com regimes sociais diferentes, o que é uma forma de sublinhar que a China não dá qualquer caução política aos Estados reaccionários com os quais estabelece relações. Isso mesmo se viu quando o povo chinês se entusiasmou pelo grande movimento revolucionário em França de Maio-Junho de 1968. Centenas de milhares de chineses incluindo unidades do E. P. L. — desfilaram para exprimir a sua solidariedade com o povo francês. A imprensa chinesa publicou análises extraordinariamente informadas sobre os acontecimentos. Não havia aí qualquer violação do princípio de não interferência nos assuntos internos de um outro país. O governo francês, aliás, não protestou porque então seria ele próprio que teria interferido nos assuntos internos da China.

Para concluir este ponto, os países capitalistas imperialistas ou não que defendem a sua independência, e se opõem às duas superpotências inimigos principais dos povos devem ser considerados como aliados temporários ou indirectos enquanto persistir a sua natureza reaccionária e que podem numa conjuntura diferente passar para o lado do inimigo principal.

As nações que querem a sua libertação são as que não possuem um Estado e são directamente oprimidas enquanto nações. O apoio às lutas de libertação nacio-

nal é um princípio geral que sempre os Chineses seguiram sem reserva. Estas lutas anticolonialistas pertencem à primeira contradição fundamental. Não acontecia o mesmo no caso dos movimentos nacionalistas do Biafra e do Bengala oriental que discutimos.

A fórmula chinesa que citamos termina pela seguinte frase: «Os povos querem a revolução». De facto, por «povo» os Chineses entendem todas as classes e camadas da população que são actualmente ou potencialmente revolucionárias (do ponto de vista dos seus interesses objectivos). Os Chineses sempre apoiaram abertamente as lutas revolucionárias quanto estas não eram obra de vanguardas que como tal se auto-proclamavam, desligadas das massas fundamentais (operários e camponeses). Não regatearam os seus encorajamentos e a sua ajuda (na medida das suas possibilidades) aos combatentes Vietnamitas, laocianos, cambojanos, tailandeses, da Malásia, filipinos, da Birmânia, indianos (naxalistas), árabes de Dho-far, etc. Já falamos da atitude chinesa com respeito ao movimento revolucionário francês que Moscovo denegria, assim como Praga (a de Dubcek!) enquanto Havana se calava esperando denunciar pela boca de Fidel os «esquerdistas» que se permitem criticar «a pátria de Lenine». Relembremos enfim que os Chineses deram particular relevo à publicação de duas declarações de Mao Tsé-Tung apoiando o movimento dos negros americanos contra a discriminação racial e todas as formas de opressão e exploração de que são

vítimas. A luta dos negros revestiu formas violentas que mostrava a via aos revolucionários americanos. Em conjunto com o movimento da juventude universitária contra a guerra do Vietname essa luta contribuiu poderosamente para a revolucionarização de um sector ainda minoritário e, no entanto, já largo da população dos Estados Unidos.

Um dos princípios fundamentais do maoismo é o de que é preciso contar antes de mais com as suas próprias forças para fazer a revolução, construir o socialismo, etc. No entanto, os Chineses consideram ser seu dever fazer o máximo para ajudar as lutas populares mas os seus meios são ainda por agora limitados como eles próprios reconheceram. «O nosso país ainda é hoje relativamente pobre e atrasado. A nossa contribuição para a revolução mundial é ainda modesta»⁴⁹.

Há uma citação de Mao que os Chineses gostam de lembrar: «Nas suas justas lutas os povos do mundo apoiam-se mutuamente». Com toda a evidência o que enfraquece as forças reaccionárias contribui para afastar a ameaça de uma agressão contra a China. Esta tem todo o interesse em que a tendência principal que hoje no mundo é no sentido da revolução se vá reforçando.

Para explicar o apoio dado pela China a regimes reaccionários na medida em que eles queiram defender a sua independência insistimos no facto de que a existência de um inimigo comum é suficiente para

justificar uma aliança. Isto é verdade em geral mas a China não é uma potência como as outras. A sua política internacional é uma política internacionalista proletária consequente. Mesmo nas suas relações com os Estados ela nunca perde de vista as aspirações dos povos. Estes querem certamente a revolução mas também a sua liberdade nacional e a **independência do seu país**. Desta forma os três tipos de lutas que os Chineses apoiam encontram o seu princípio de unidade nos interesses fundamentais dos povos.

Fevereiro de 1972.

Notas

¹ Este termo designa, além da experimentação científica própria-mente dita, o movimento de inovação técnica e, em geral, todas as actividades que tendem a dar aos operários o domínio do conjunto das condições técnicas e científicas da produção. O movimento para a experimentação científica é indissociável da luta de classes (opondo-se os elementos burgueses a que os operários participem nele, pois isso poria em causa o seu poder), e da luta pela produção (que ele estimula fortemente). Estas duas últimas práticas estão elas próprias ligadas entre si e presentes uma na outra.

² Em rigor, não há contradição entre os interesses do Estado socialista e os da revolução proletária mundial. Mas, de facto, pode aparecer uma contradição entre a política do Estado socialista e a de determinado partido revolucionário, devido a erros de um ou de outro.

³ A natureza de classe do social-imperialismo e do revisionismo sendo burguesa a menção que foi acrescentada não modifica este aspecto das quatro contradições.

⁴ Cf. *L'Express* de 6 de Dezembro de 1971.

⁵ Foi Lenine o primeiro a sublinhar a relevância histórica mundial dos movimentos populares de libertação na periferia do imperialismo. Ele declarou, a 2 de Março de 1923: «O resultado da luta depende finalmente do facto de que a Rússia, a Índia, a China, etc., formam a imensa maioria da população do globo. E é esta maioria que há alguns

anos entrou com uma rapidez incrível na luta pela sua libertação... A este respeito, a vitória definitiva do socialismo está absoluta e plenamente assegurada».

⁶ O termo «aspecto» designa em Mao os contrários que se opõem numa contradição. Quando se trata duma contradição social esses aspectos são forças sociais: classes, fracções de classes, castas, camadas, grupos, etc.

⁷ Os trotskistas ignoram a dialéctica do contínuo e do descontínuo, necessária para compreender tanto a história como a microfísica. Para eles, a «revolução ininterrupta por etapas» de Lenine e de Mao é uma contradição nos seus termos. É sabido que o conceito de «ruptura», que Althusser foi buscar a Bachelard, foi inspirado a este último pelo de «descontinuidade» em física corpuscular. Pode-se daqui concluir que os trotskistas não possuem nem a noção da especificidade da contradição nem mesmo a da sua universalidade. A dialéctica é estranha ao seu modo de pensamento.

⁸ As quatro grandes famílias que, graças ao «contrôle» que exerciam sobre o aparelho de Estado se tinham apoderado dos pontos culminantes da economia (bancos, etc.).

⁹ O grande capital ligado aos «truts» imperialistas. Um «comprador» (comprador em português) era o intermediário chinês obrigatório, durante a dinastia dos Tsing, em relação aos exportadores e importadores estrangeiros.

¹⁰ Trotsky, exagerando a unificação e a homogeneização provocadas pelo mercado mundial, que «transforma o mundo inteiro num só organismo económico e político» (1905), estava convencido do contrário. Segundo ele «a pressão das mercadorias baratas» dos países capitalistas provocaria a queda do poder proletário num país isolado, pois «o tractor Ford é tão perigoso como o canhão Creusot».

¹¹ Cf. «Sur l'articulation des modes de production» in «Problèmes de planification» n.ºs 13 e 14.

¹² Alusão a um ditado chinês «quando não é o vento de Oeste que leva a melhor, é o vento de Leste que o faz». Este (a monção do verão) está associado à renovação da vegetação e ao desenvolvimento da vida depois do inverno, logo ao que nasce e cresce.

13 Pode-se encarar teóricamente a hipótese de que uma das superpotências permaneça neutra até ao fim, mas esta eventualidade deve ser eliminada como pouco realista. Permanecer neutro significaria abandonar os despojos do vencido gratuitamente ao vencedor, com o risco de ver assim modificada a relação de forças em seu favor.

14 Relatório ao Congresso do P. C. U. S. — 5 de Abril de 1966.

15 Relatório à sessão do Soviete Supremo de 10 de Julho de 1969.

16 A informação sobre os porta-aviões apareceu no «New York Herald Tribune» de 20 de Janeiro. É o sinal de uma mudança na estratégia mundial da U. R. S. S. De hoje em diante a sua aviação poderá operar até aos confins do planeta sem ter que contar com os aeródromos de países aliados, tendo a sua frota uma cobertura aérea autónoma e podendo servir objectivos abertamente agressivos.

17 «Vie Internationale» n.º 11, 1968.

18 Relatório de K. T. Mazourov ao «meeting de celebração da Revolução de Outubro, a 6 de Novembro de 1968.

19 Assassinato de oficiais (que para se fazerem zelosos e ganharem galões expõem os seus homens a grandes riscos) por meio de uma granada que se faz deslizar suavemente sob a sua tenda.

20 Durante a revolução cultural a maior parte dos embaixadores tinham sido chamados e a China fechou-se um pouco sobre ela. O grupo esquerdistas 516 que tinha tomado a direcção do ministério dos negócios estrangeiros tinha inutilmente degradado as relações com certos países asiáticos, incitando a minoria chinesa a lutar contra as autoridades como se lhe pertencesse fazer a revolução em lugar do povo no meio do qual vive. O ministério dirigido pelos esquerdistas tinha por outro lado lançado um ultimato à Grã-Bretanha com respeito à represão em Hong-Kong. Este ultimato não era nem podia ser senão um «bluff». Um comando do mesmo grupo tinha finalmente incendiado os locais do encarregado de negócios britânico. Depois do 9.º congresso, os embaixadores chineses voltaram aos seus lugares e pode observar-se uma actividade cada vez mais intensa da diplomacia chinesa. É a única mudança que se vislumbrou porque não se pode considerar como tal o facto de não incendiar mais as embaixadas em Pequim e de não enviar ultimatoss precipitados.

²¹ «Le Monde Diplomatique», Fevereiro de 1972. Gianni Sofri («Les Temps Modernes» n.º 306, p. 998) pensa por seu lado que a viagem de Nixon a Pequim é um «sacrilégio». Teria preferido que Mao se deslocasse a um território inimigo na capital de uma neo-colónia americana como as Filipinas, onde os maostas dirigem uma guerrilha popular!

²² «Les Temps Modernes», n.º 306, p. 975.

²³ A China pretende fazer do seu lugar na O. N. U. uma tribuna de propagando revolucionária, uma caixa de ressonância das suas teses relativas aos problemas internacionais. Ela apareceu imediatamente como porta-voz dos povos oprimidos e campeão dos pequenos países maltratados pelas superpotências. Desde então, a O. N. U. não poderá mais servir de instrumento a estas últimas como foi o caso na Coreia, Palestina e Congo.

²⁴ Entrevista de Chu En-Lai a uma delegação americana — «Le Monde» (31-1-1972), e as declarações de Wu Fan Wu aos membros da missão parlamentar francesa — «Le Monde» de 11 de Fevereiro de 1972.

²⁵ Entrevista com Claude Julien («Le Monde» de 30-31 de Janeiro de 1972. O que nos jornalistas reaccionários é irresponsável especulação, torna-se no «Humanité» calúnia explícita. No Verão e no Outono de 1971, este jornal acusava os chineses de colisão com os Estados Unidos contra o Vietname.

²⁶ Entrevista a «Frontier» (4 de Dezembro de 1971) do Prof. Haruki Wada da Universidade de Tóquio.

²⁷ Cf. «Frontier» 4 de Dezembro de 1971.

²⁸ Biren Roy-Sarkar na «Nouvelle Chine», Fevereiro de 1972.

²⁹ Cf. «Frontier» 2 de Novembro de 1971. Estes refugiados de religião hindu estavam em sua casa na Índia. O Paquistão não acolheu milhões de refugiados muçulmanos vindos daquele país?

³⁰ O «Economic Times» de Bombaim (29 de Dezembro de 1971) escrevia que tal facto era susceptível de estimular a indústria indiana bastante paralisada nos últimos tempos. Acerca deste mesmo assunto, o «Monde» de 25 de Janeiro publica um telegrama de um inegável humor involuntário: «Um acordo financeiro indo-bengali está a ser

estudado; ele permitiria aos produtos indianos entrarem no Bangla-Desh sem quaisquer direitos. No entanto segundo altos funcionários indianos, a Índia não teria a intenção de impor ao novo Estado seja o que for no plano económico».

³¹ «Alguns dias após a guerra de Dacca uma equipa de importantes pessoas ligadas à indústria, conduzida pelo Sr. Naval Tata encontrava-se já nos locais e percorria o país "em busca de sectores a explorar conjuntamente"». (Nayan R. Chanda no «Le Monde Diplomatique» — Fevereiro de 1972.

³² Cf. «Frontier», 5 de Fevereiro de 1972.

³³ Hongqi, Renmin, Ribao, 20 de Março de 1971.

³⁴ Cf. «Obras escolhidas», tomo II, p. 476.

³⁵ Ibid., tomo I, p. 182. Tsai Ting-Kai era um dos comandantes do 19.º exército do Kuomintang que se revoltou contra Tchiang Kai-Chek em 1932.

³⁶ Ibid., p. 175. Em 1940 como em 1935 os trotskistas consideravam Mao Tsé-Tung um oportunista e traidor precisamente porque ele pretendia fazer distinções entre os reaccionários, aliar-se a uns para esmagar os outros. É precisamente por virtude deste pretensão «oportunismo» que Mao conduziu a revolução chinesa à vitória o que mesmo os trotskistas não podem negar. Porque razão a táctica actual de Pequim que se baseia nos mesmos princípios será menos revolucionária nas suas consequências do que a de 1940?

³⁷ A mensagem de pésames de Mao Tsé-Tung na morte de De Gaulle saudava nele o homem do 18 de Junho que, num momento decisivo da história mundial esteve ao lado dos povos face ao inimigo principal do momento: os estados fascistas. É o único mérito que Mao Tsé-Tung lhe reconhecia.

³⁸ O fantoche checoslovaco Bilak negou esse facto («Le Monde», 12-2-1972), mas pode acreditar-se na palavra de um tipo como Bilak?

³⁹ Uma quinzena de dirigentes e militantes comunistas foram executados depois de um julgamento sumário, mas várias centenas de «comunistas» foram também assassinados (Eric Rouleau, «Le Monde», 16 de Fevereiro). É perder todo o sentido das proporções qualificar estes assassinatos de «massacre à indonésia».

⁴⁰ Contrariamente ao que afirma Sofri («Les Temps Modernes», Janeiro de 1972, p. 983) não era a polícia de Ceilão que definia o J. V. P. como «guevarista». Era ele próprio. No 1.º de Maio de 1970 os membros da organização haviam desfilado sob o cartaz «A nossa via é a de Che Guevara» (cf. «Monthly Review», Janeiro de 1972, p. 50).

⁴¹ Basta recordar que durante a crise das Caraíbas em 1962 os Chineses criticaram Krouchtchev por ter ameaçado recorrer aos foguetões nucleares em caso de ataque convencional contra Cuba.

⁴² Cf. «Obras escolhidas», tomo IV, p. 87-88.

⁴³ Editorial do Renmin-Ribao, de 1 de Julho de 1971.

Anexo

DISCURSO DE KIAO KOUAN-HOUA, chefe da delegação chinesa às Nações Unidas (15 de Novembro de 1971)

Senhor Presidente,
Senhores Representantes:

Antes do mais, permitam-me agradecer, em nome da delegação da República Popular da China, ao Sr. Presidente e aos representantes de muitos países, as boas-vindas com que nos brindaram.

Muitos amigos pronunciaram discursos efusivos, o que representa confiança, estímulo e amizade fraternal para com o povo chinês. Isso comove-nos profundamente e transmiti-lo-emos a todo o povo chinês.

É motivo de satisfação para a delegação da República Popular da China encontrar-se hoje aqui presente na 26.^a Assembleia Geral das Nações Unidas,

tomando parte, juntamente com todos vós, no trabalho desta Organização.

Todo o mundo sabe que a China é um dos Estados fundadores das Nações Unidas. Em 1949, o povo chinês derrubou a dominação reaccionária da camarilha de Chiang Kai-Shek e proclamou a República Popular da China. Desde então, os legítimos direitos da China nas Nações Unidas deviam pertencer, como era lógico, à República Popular da China. Só por virtude da obstrução feita pelo Governo dos Estados Unidos, a República Popular da China esteve durante largo tempo privada dos seus legítimos direitos nas Nações Unidas, e a camarilha de Chiang Kai-Shek, desde há muito tempo repudiada pelo povo chinês, pôde usurpar o lugar legal da China na dita Organização. Trata-se de uma grosseira ingerência nos assuntos internos da China e também dum acto de clara violação da Carta das Nações Unidas. Agora, finalmente, veio-se rectificar semelhante estado de coisas injustificável.

Em 25 de Outubro de 1971, a actual Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por uma esmagadora maioria de votos a resolução em que se decidiu a restauração de todos os legítimos direitos da República Popular da China nas Nações Unidas e a expulsão imediata dos representantes da camarilha de Chiang Kai-Shek das Nações Unidas e de todas as organizações a ela ligadas. Isto significa a derrota da política de hostilidade, isolamento e bloqueio con-

tra o povo chinês. É um fracasso do plano do Governo dos E. U. de criar, mas em vão, em coligação com o governo Sato do Japão, «duas Chinas» nas Nações Unidas.

É uma vitória da linha revolucionária do Presidente Mao Tsé-Tung com respeito aos negócios estrangeiros. É uma vitória comum de todos os povos do mundo.

Os 23 países patrocinadores da resolução: Albânia, Argélia, Birmânia, Ceilão, Cuba, Guiné Equatorial, Guiné, Iraque, Mali, Mauritània, Nepal, Paquistão, República Democrática do Iémene, República Popular do Congo, Roménia, Serra Leoa, Somália, Sudão, Síria, República Unida da Tanzânia, República Árabe do Iémene, Jugoslávia e Zâmbia desenvolveram infatigáveis e frutuosos esforços pela restituição dos legítimos direitos da China nas Nações Unidas. Números países amigos que deram o seu apoio a esta resolução fizeram também contribuições a este respeito. Alguns outros países deram, de diversas formas, mostras de simpatia com respeito ao nosso país. Em nome do Governo e do povo da China, permito-me exprimir o nosso sincero agradecimento aos governos e povos de todos os países.

Passaram 26 anos desde a criação das Nações Unidas. Vinte e seis anos não representam mais que um curto período na história da Humanidade. Não obstante durante este período operaram-se profundas mutações na situação mundial. No princípio, as Nações

Unidas contavam apenas com 51 membros e hoje aumentaram para 131. Dos 80 membros admitidos mais tarde, a esmagadora maioria é constituída por países que alcançaram a sua independência depois da Segunda Guerra Mundial. Nos 20 e tantos anos passados, os povos da Ásia, África e América Latina sustentaram firmes e indomáveis lutas pela conquista e defesa da independência nacional e contra a agressão e opressão estrangeiras.

Na Europa, América do Norte e Oceânia surgiram também movimentos de massas e correntes sociais reclamando modificações no actual estado de coisas. Cada vez mais os países médios e pequenos vêm unindo-se para combater o hegemonismo e a política de força de uma ou das duas superpotências e reivindicar o direito de tratar dos seus próprios assuntos como Estados independentes e soberanos e a igualdade nas relações internacionais. Os países querem a independência, as nações querem a emancipação e os povos querem a revolução: isto passou a ser uma corrente irresistível da história.

A sociedade humana está em constante progresso. E o seu progresso realiza-se sempre através de inúmeras revoluções e transformações. Tomemos o caso dos Estados Unidos, país onde têm a sua sede as Nações Unidas. O povo dos Estados Unidos conquistou a independência graças precisamente ao triunfo da guerra revolucionária de 1776, dirigida por Georges Washington. O povo francês conseguiu vencer o

jugo feudal graças precisamente à grande revolução de 1789. Desde que a humanidade entrou no século XX, a vitória da Revolução Socialista de Outubro na Rússia em 1917, dirigida pelo grande Lenine, abria uma larga via para a liberdade e emancipação das nações e povos oprimidos do mundo inteiro. Face ao desenvolvimento da história e o progresso da sociedade, os povos do mundo regozijam-se e sentem-se apoiados, enquanto que o minúsculo círculo de forças decadentes reaccionárias se tomam de pânico e se debatem desesperadamente. Levam a cabo agressões armadas contra outros países, submetem outros países ao seu «contrôle» político, militar e económico e passam por cima deles à sua vontade. Depois da Segunda Guerra Mundial, não chegou a estalar uma nova guerra mundial mas não cessou nem um só dia a guerra local. Hoje subsiste o perigo de uma nova guerra mundial. Apesar disso, a principal tendência do mundo actual é a revolução. A luta dos povos pode conhecer várias vicissitudes, fluxos e refluxos, a contra-corrente antipopular e antiprogressista jamais deterá a corrente principal da sociedade humana em contínuo desenvolvimento. O mundo caminhará infalivelmente em direcção ao progresso, em direcção à luz, e de modo algum em direcção à reacção, em direcção às trevas.

Senhor Presidente e Senhores Representantes:

O povo chinês foi vítima da maior exploração capitalista. Desde há mais de cem anos, o imperialismo desencadeou numerosas guerras de agressão contra

a China e impôs-lhe numerosos tratados desiguais. Dividiu a China em esferas de influência, espoliou as suas riquezas e explorou o seu povo. É conhecido de todo o mundo o grau da miséria do povo chinês e a sua falta de liberdade no passado. A fim de conquistar a independência, a liberdade e a emancipação nacionais, o povo chinês, avançando em ondas sucessivas e mobilizando todo o seu espírito indomável, sustentou uma prolongada luta heróica contra o imperialismo e os seus lacaios, e alcançou finalmente a vitória da revolução sob a direcção do seu grande chefe o Presidente Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista da China. Depois da fundação da República Popular da China, o povo chinês, vencendo o hermético bloqueio imposto pelo imperialismo, resistindo à enorme pressão exterior e seguindo os princípios da independência e autonomia e contando apenas com as suas forças, transformou a China num país socialista que conhece um começo de prosperidade. Os factos provam que a nossa nação, a nação chinesa, tem plena capacidade para manter-se pelos seus próprios meios entre as restantes nações.

Taiwan é uma província chinesa e os 14 milhões de habitantes de Taiwan são nossos firmes compatriotas. Em cumprimento da Declaração do Cairo e da Declaração de Potsdam, Taiwan foi restituído à pátria depois da Segunda Guerra Mundial e os nossos compatriotas de Taiwan voltaram ao seio da pátria. O Governo dos Estados Unidos confirmou ofi-

cialmente este facto, em várias ocasiões, em 1949 e 1950 e declarou públicamente que o problema de Taiwan era um assunto interno da China no qual ele não tinha a intenção de intervir. Não foi senão com o estalar da guerra da Coreia, que o Governo dos Estados Unidos se desligou da sua promessa e enviou forças armadas para invadir e ocupar o território chinês de Taiwan e o estreito de Taiwan, e até hoje essas forças armadas aí permanecem sem ainda se terem ido embora. Actualmente, espalha-se em alguns lugares a absurda afirmação de que «o estatuto de Taiwan ainda está por determinar» e com isso se prepara o «complot» de fabricar «um Taiwan independente» o que significa o prosseguimento da maqui-nação «uma China, um Taiwan», que é, no fundo, criar «duas Chinas». Em nome do Governo da República Popular de China, quero reiterar aqui que Taiwan é parte inalienável do território chinês, que a ocupação armada do território chinês de Taiwan e do estreito de Taiwan pelos Estados Unidos não pode alterar em nada a soberania da República Popular da China sobre Taiwan, que as forças armadas dos Estados Unidos devem retirar-se totalmente de Taiwan e do estreito de Taiwan, e que nos opomos resolutamente a todo o «complot» para separar Taiwan da pátria. O povo chinês está decidido a liber-tar Taiwan e nenhuma força do mundo poderá im-pedi-lo.

Senhor Presidente e Senhores Representantes:

O povo chinês que durante muito tempo foi vítima da agressão e opressão do imperialismo, sempre se opôs à política imperialista de agressão e de guerra e apoiou todos os povos e nações oprimidas na sua justa luta pela liberdade e pela emancipação, contra a intervenção estrangeira e com vista a tornarem-se senhores do seu destino. Esta posição do Governo e do povo chinês responde aos interesses fundamentais dos povos do mundo e também ao espírito da Carta da Nações Unidas.

A agressão armada do Governo dos Estados Unidos contra o Vietname, Camboja e Laos e a sua violação da integridade territorial e da soberania destes três países agravou a tensão no Extremo Oriente e suscitou uma enérgica oposição de todos os povos do mundo, incluindo o próprio povo norte-americano. O Governo e o povo chinês apoiam firmemente os três povos indochineses na sua guerra contra a agressão norte-americana e pela salvação nacional, e apoiam firmemente a declaração conjunta da Conferência Cimeira dos Povos Indochineses e a proposta de paz em sete pontos do Governo Revolucionário Provisório da República do Vietname do Sul. O Governo dos Estados Unidos deve retirar imediata e incondicionalmente dos três países indochineses as suas forças armadas e as dos seus lacaios, de modo a que os três povos indochineses possam resolver os seus próprios problemas independentemente e livres de ingerência

estrangeira. Está aqui a chave para o desanuviamento da tensão no Extremo Oriente.

A Coreia continua hoje dividida. Já se retiraram há muito tempo da Coreia os Voluntários do Povo Chinês; pelo contrário, as tropas dos Estados Unidos ainda permanecem na Coreia do Sul, até hoje. A unificação pacífica constitui a aspiração comum de todo o povo coreano. O Governo e o povo da China apoiam firmemente o programa de oito pontos para a unificação pacífica da pátria apresentado em Abril passado pela República Popular Democrática da Coreia e apoia firmemente a sua justa reivindicação de que sejam anuladas todas as resoluções ilegais das Nações Unidas relativas ao problema coreano e seja dissolvida a «Comissão das Nações Unidas para a Unificação e Reconstrução da Coreia».

A essência do problema do Médio Oriente reside na agressão que, com o apoio e a conivência das superpotências, perpetra o sionismo israelita contra o povo palestino e os demais povos árabes. O Governo e o povo chinês apoiam firmemente a justa luta do povo palestino e dos demais povos árabes contra a agressão e estão convencidos de que, persistindo na sua luta e mantendo a sua unidade, os heróicos povos da Palestina e dos países árabes recuperarão sem dúvida os territórios perdidos dos países árabes e restaurarão os direitos nacionais do povo palestino. O Governo Chinês considera que todos os países e povos do mundo amantes da paz e defensores

da justiça têm o dever de apoiar a luta do povo palestino e dos demais povos árabes e que de forma alguma lhes assiste o direito de levar a cabo transacções políticas pelas costas deles sacrificando o seu direito à existência e os seus interesses nacionais.

A subsistência do colonialismo em todas as suas manifestações constitui um desafio aos povos do mundo. O Governo e o povo chinês apoiam firmemente os povos na sua luta pela libertação nacional, apoiam firmemente os povos de Azania, Zimbabwe e Namíbia na sua luta contra a dominação colonial branca e contra a discriminação racial. A sua luta é justa e uma causa justa triunfará, sem dúvida alguma.

Sem independência económica é incompleta a independência de um país. O atraso económico dos países da Ásia, África e América Latina é o resultado do saque imperialista. É inalienável direito soberano de um país independente combater o saque económico e proteger os seus recursos nacionais. A China continua a ser um país economicamente atrasado e é também um país em desenvolvimento. Assim como a esmagadora maioria dos países da Ásia, África e América Latina, a China pertence ao terceiro mundo. O Governo e o povo da China apoiam firmemente a luta iniciada pelos países e povos da América Latina em defesa do seu direito das 200 milhas de mar territorial e pela protecção dos seus recursos nacionais, e apoiam firmemente a luta desenvolvida pelos países exportadores de petróleo da Ásia, África e América

Latina e diversas organizações regionais e especializadas em defesa dos seus direitos e interesses nacionais e contra a pilhagem económica.

Temos sustentado sempre que todos os países, grande ou pequenos, devem estar em pé de igualdade e que os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica devem ser as normas que regem as relações entre os Estados. Todos os povos têm o direito de escolher o sistema social que seja conforme com a sua vontade e o de salvaguardar a independência, soberania e integridade territorial dos seus próprios países, e nenhum país tem direito a perpetrar a agressão, a subversão, o «contrôle», a intervenção e o vexame contra outro país. Somos contrários à teoria imperialista e colonialista segundo a qual os países grandes são superiores aos países pequenos e estes devem subordinar-se àqueles. Opomo-nos à política do mais forte e ao hegemonismo praticado pelos grandes países que maltratam os pequenos países.

Defendemos que os assuntos de cada país devem ser tratados pelo seu próprio povo, que os assuntos do mundo devem ser tratados por todos os países do mundo e que os assuntos das Nações Unidas devem ser tratados por todos os seus membros, e é inadmissível a manipulação e o monopólio por parte das superpotências.

As superpotências são as que pretendem pisar as demais e tiranizá-las cavalgando aos seus ombros. A China jamais será, nem agora nem no futuro, uma

superpotência, autora de agressão, subversão, «controle», intervenção e vexame contra os outros.

Uma ou as duas superpotências intensificam a sua corrida às armas e preparativos bélicos e desenvolvem denodadamente as suas armas nucleares, ameaçando gravemente a paz internacional. É compreensível a aspiração dos povos do mundo ao desarmamento e, sobretudo, ao desarmamento nuclear. É justa a sua reivindicação de dissolução dos blocos militares, retirada das tropas estrangeiras e destruição das bases militares estrangeiras. Apesar disso, as superpotências, falando sem cessar de desarmamento, de facto estão empenhadas diàriamente na corrida às armas. O seu pretendido desarmamento nuclear não visa outro fim senão o de monopolizar as armas nucleares para fazer valer a ameaça e chantagem nucleares. A China jamais tomará parte em negociações entre potências nucleares sobre o chamado desarmamento nuclear pelas costas dos países não nucleares. A China tem, no entanto, as suas armas nucleares na fase experimental. A China desenvolve as suas armas nucleares com o único propósito de se defender e de quebrar o monopólio nuclear e liquidar finalmente as armas nucleares e a guerra nuclear. O Governo Chinês sempre advogou a proibição total e a destruição completa das armas nucleares e propôs a celebração de uma conferência cimeira de todos os países do mundo para discutir o mencionado problema e que, como primeiro passo, se chegue a um acordo sobre a renúncia ao emprego das

armas nucleares. O Governo Chinês declarou mais de uma vez, e nesta ocasião permito-me solenemente reiterá-lo, em nome do Governo chinês, que em nenhum momento e sob nenhuma circunstância será a China a primeira a empregar armas nucleares.

Se os Estados Unidos e a União Soviética desejam verdadeiramente o desarmamento, devem comprometer-se a não serem os primeiros a empregar as armas nucleares. Não é coisa difícil de fazer. Mas que o façam ou não é uma prova clara do seu desejo ou não do desarmamento.

Somos invariavelmente da opinião de que todos os povos sempre se apoiam mutuamente na sua justa luta. Na sua revolução e construção socialistas, a China sempre contou com a simpatia e o apoio de todos os povos. É nosso dever prestar apoio à justa luta de todos os povos. Para esse efeito, oferecemos ajuda a certos países amigos para favorecer o desenvolvimento independente da sua economia nacional. Ao fazê-lo, respeitamos estritamente a soberania dos países que recebem a ajuda e nunca estabelecemos nenhuma condição adicional nem exigimos qualquer privilégio. Aos países e povos que lutam contra a agressão oferecemos-lhe ajuda militar gratuita; jamais seremos traficantes de munições. Opomo-nos categoricamente aos intentos de certos países de valer-se da sua «ajuda» para controlar e saquear os países que a recebem. Não obstante, como a nossa economia é todavia relativamente atrasada, é muito limitada a nossa ajuda

material, e o nosso apoio ainda é principalmente político e moral. Com a sua população de 700 milhões de habitantes, a China deve dar uma maior contribuição ao progresso da humanidade. Esperamos que no futuro seja diminuída esta disparidade entre o que queremos fazer e o que podemos.

Senhor Presidente e Senhores Representantes:

De acordo com os objectivos da sua carta, as Nações Unidas devem desempenhar o papel que lhes corresponde na manutenção da paz internacional, na oposição à agressão e à intervenção e no fomento das relações de amizade e cooperação entre as nações. No entanto, uma ou duas das superpotências, utilizando as Nações Unidas, fizeram durante muito tempo muitas coisas contrárias à Carta das Nações Unidas e à vontade dos povos.

Semelhante situação não deve continuar. Desejamos que se leve realmente à prática o espírito da Carta das Nações Unidas. Estaremos ao lado de todos os países e povos amantes da paz e defensores da justiça e junto com eles faremos esforços conjuntos na defesa da independência nacional e da soberania estatal dos diversos países e para salvaguardar a paz internacional e promover o progresso da humanidade.

SC
24513



